



O Processo de Estatização das Coletivizações Catalãs Durante a Revolução Espanhola (1936-1939)

Autor: IGOR PASQUINI POMINI*

Em 19 de julho de 1936 eclodiu na Espanha uma Revolução Social de grande envergadura, após uma tentativa frustrada de tomada do poder por militares insurretos. Tal tentativa de golpe fracassou graças à resistência popular, que conseguiu bater os revoltosos em várias partes da Espanha. Mas nem todo o país foi recuperado, de modo que ele ficou dividido em dois campos: uma parte ficou nas mãos dos militares revoltosos, e a outra nas mãos dos “republicanos” – um campo muito heterogêneo composto por anarquistas, comunistas stalinistas, comunistas heterodoxos, e republicanos –, e ambos iniciaram uma tentativa de conquistar a parte que ficou em poder do adversário, dando início à Guerra Civil Espanhola, um dos conflitos mais importantes do século XX e que durou até 1939. Tal conflito atraiu a atenção internacional tanto por parte da direita quanto por parte da esquerda do espectro político, pois a Espanha simbolizava todos os problemas da década de 1930, como salientou Hobsbawn.

[...] não foi por acaso que a política interna desse país notoriamente anômalo e auto-suficiente se tornou o símbolo de uma luta global na década de 30. Suscitou os principais problemas políticos da época: de um lado, democracia e revolução social, [...] do outro, um campo singularmente rígido de contra-revolução ou reação, inspirado por uma Igreja Católica que rejeitava tudo o que acontecera no mundo desde Martinho Lutero. (HOBSBAWN, 2000, p.158)

Paralelamente ao conflito armado iniciou-se um processo de Revolução Social, que se espalhou por toda a Espanha não controlada pelos militares, mas cujo epicentro foi a região da Catalunha. Nesta região, onde o anarquismo praticamente monopolizava o movimento operário, agrupado na CNT¹ e na FAI², e que era a região mais industrializada da Espanha, os insurretos sofreram uma pesada derrota. Após o fim dos combates – que durou alguns dias – e da greve geral que fora deflagrada, os trabalhadores voltaram para seus locais de trabalho e constataram que muitos patrões e seus comparsas haviam desaparecido, fugindo por estarem envolvidos na

* Doutorando em História Econômica pela FFLCH-USP.

¹ Confederação Nacional do Trabalho. É uma central sindical inspirada no sindicalismo revolucionário e no anarquismo, sendo uma das organizações mais importantes no período da Guerra Civil Espanhola.

² Federação Anarquista Ibérica. Organização específica anarquista. Durante a Guerra Civil também era uma organização muito importante.

tentativa de golpe militar ou por medo da reação dos trabalhadores. O poder de Estado estava em frangalhos na Catalunha, e os verdadeiros donos das ruas eram as organizações operárias. Para os trabalhadores haviam duas opções: voltar para a casa sem emprego e sem garantia de vida ou assumir o controle das empresas eles mesmos, dando início à coletivização³. Assim, eles se apossaram diretamente dos meios de produção, e passaram a geri-los através de um comitê de empresa, dando início à autogestão. Tal comitê de empresa era eleito em uma assembleia de todos os trabalhadores, e a ela estava submetido, podendo ser destituído a qualquer momento.

Mas a autogestão também podia se formar sem a fuga do patrão, e isso poderia ocorrer de forma pacífica ou não. Em algumas empresas o patrão era admitido como qualquer outro trabalhador, sem nenhuma restrição. Em outras empresas ele era aceito, mas havia restrições à sua participação, como não poder ascender aos cargos de gestão. Em outras ainda, a coletivização se formava de forma violenta, com a expulsão do antigo patrão, às vezes envolvendo até agressões ou mesmo a morte. A sorte dele provavelmente dependia de suas antigas relações com os trabalhadores, tendo um destino mais cruel os patrões mais truculentos. Frank Mintz (1977) enfatizou um caso diferente e curioso: o da Federação de Patrões de Perucarias e Barbeiros de Barcelona e Povos Limítrofes, em que a iniciativa da coletivização partiu da patronal. Em 9 de agosto de 1936 seu sindicato contatou o sindicato da CNT da categoria para propor a coletivização. Dia 11 houve uma assembleia geral da patronal, que decidiu que, ao se efetivar a coletivização, a associação patronal passaria a fazer parte do Sindicato Único de Barbeiros e seus Contornos, com os mesmos direitos dos demais.

Mas existiam também empresas em que os patrões não fugiram e não se podia ou não se queria coletivizar – como por exemplo algumas empresas de capital estrangeiro –, se instalando então um comitê de controle. Este não se apossava da empresa, mas colocava limites ao poder do patrão, supervisionando-o e impondo-lhe certas regras de funcionamento. Tais comitês tinham uma função variada, indo desde a simples supervisão até o controle quase total da empresa. Em vários casos, a implantação do comitê de controle era uma prévia para a coletivização. Tais comitês iam assumindo cada vez mais poderes dentro da empresa até se

³ Na época o termo utilizado, quando uma empresa passava diretamente para o controle dos trabalhadores, era coletivização. Mas, posteriormente, o termo mais difundido para designar tal conceito foi “autogestão”, sendo esta palavra muito mais difundida internacionalmente do que a primeira.

tornar um comitê de administração, transformando o comitê de controle em comitê de gestão. Em muitos estabelecimentos já existia, antes da Revolução, um comitê sindical eleito para estudar a gestão na empresa, visando exatamente sua coletivização. Nesses estabelecimentos, a coletivização se resumiu à tomada de posse da empresa por estes comitês. No entanto, quando se fala dos comitês de gestão ou de controle, não se pode falar em um modelo válido para todas as empresas, já que a forma destes comitês e o modo de proceder mudava muito de empresa para empresa, de ramo para ramo, de localidade para localidade, etc.

Iniciada a autogestão dentro das empresas, fora delas apareceram os comitês de bairro, que substituíram os poderes republicanos que entraram em colapso. Tais comitês assumiram a administração dos bairros nas grandes cidades, como em Barcelona, e se iniciou um princípio de federalização entre estes comitês. Nas cidades menores e nos povoados havia um comitê que abarcava todo o perímetro da cidade ou do povoado.

Logo após o fim dos combates, os líderes das organizações operárias iniciaram as negociações para retomar a vida normal na Catalunha, combater os militares revoltosos e conseguir a vitória militar o mais rápido possível. Representantes da CNT foram recebidos no Palácio da Generalidad⁴ por Companys⁵, que os reconheceu como senhores da Catalunha e lhes ofereceu o poder, o que foi recusado, sob a alegação de que isso equivaleria à instalação de uma “ditadura anarquista”. Para os líderes anarquistas havia apenas duas opções: implantar uma “ditadura anarquista” ou partir para a colaboração com as outras forças políticas. Esta última opção foi a escolhida pelos dirigentes anarquistas. Poucos dias depois, em 21 de julho de 1936, como primeiro produto dessa política de colaboração, foi criado o Comitê Central de Milícias Antifascistas da Catalunha, via decreto da Generalidad, com representantes de todas as organizações operárias e partidárias que ainda existiam na Catalunha, e cuja função era coordenar as diversas milícias⁶ que combatiam nas frentes de batalha.

⁴ É como é chamado o governo regional da Catalunha.

⁵ Lluís Companys, líder da Esquerra, um partido catalão, e Presidente da Generalidad durante a Guerra Civil Espanhola.

⁶ As forças armadas espanholas se levantaram contra a República, com alguma exceção, e então quem os enfrentou nos combates de rua foram milícias armadas formadas pelas organizações operárias e pelos partidos políticos operários e republicanos, de modo que, no início do conflito, cada organização formava suas próprias milícias, armava-as e mantinha-as.

Apesar de ter sofrido um duro golpe, o Estado republicano não havia desaparecido. Na Catalunha, a Generalidad não tinha força suficiente para fazer cumprir suas decisões, de modo que ela teve de se contentar inicialmente com um papel secundário. Assim, o Comitê de Milícias era senhor da Catalunha, e se apoiava nos comitês políticos e de empresa, mas convivia com a Generalidad, em uma situação que Guillamón (2011) qualificou de duplicidade de poderes. Segundo o autor, não havia uma luta entre os dois poderes, e sim um complemento entre eles. Apesar disso, a Generalidad buscou desde o início recompor sua autoridade, como ficou claro já no dia 6 de agosto, quando ela promulgou um decreto introduzindo um representante seu dentro das empresas, mas o decreto foi tão improvisado que estes representantes não tinham nenhuma atribuição até dia 24, sendo uma tentativa infrutífera de controlar os comitês de empresa.

No dia 11 de agosto a Generalidad criou o Conselho de Economia da Catalunha, que tinha a função de resolver os problemas econômicos da região. Tal Conselho tinha como presidente o Conselheiro de Economia da Generalidad, além de 15 membros de partidos e sindicatos, todos nomeados pela Generalidad, e era um primeiro passo importante para o controle estatal das empresas e para a recomposição do poder de Estado na Catalunha. Os anarquistas entraram neste Conselho para tentar consolidar as conquistas revolucionárias, dentro de sua política de colaboração, mas isso significava também que eles estavam abandonando a meta de coletivizar toda a economia, ou seja, de se alcançar a socialização global, pois isso impedia que os comitês de empresa se federassem. Mas, neste momento, a liberdade que se dava às empresas era ainda muito grande, e a atuação do Conselho de Economia era no sentido de impulsionar as coletivizações.

Em 27 de setembro os anarquistas anunciaram sua inclusão no governo da Generalidad, com a exigência de que este fosse chamado de Conselho da Generalidad. Pela primeira vez na história se criou um governo com participação de ministros anarquistas. Isso ocorreu devido às pressões do Governo Central de Madri para que se acabasse com a existência de dois poderes na Catalunha, sob pena de não receber ajuda financeira e armas. Por outro lado, os anarquistas, estando representados na Generalidad, achavam que poderiam usar os recursos do governo catalão e os que viessem de Madri para atingir seus fins, além de utilizar o poder de Estado para proteger as coletivizações dos ataques de seus adversários. Eles justificaram sua intervenção na Generalidad dizendo que a esta caberia apenas a direção da guerra, ficando os assuntos

econômicos e sociais a cargo das organizações proletárias. No fundo, os dirigentes anarquistas desejavam que a situação se “congelasse”, esperando a vitória no campo de batalha para então prosseguir com o processo revolucionário.

No dia 9 de outubro os comitês políticos – comitês de bairro ou de cidade/povoado – foram dissolvidos, e a resistência a este decreto seria considerado um crime gravíssimo. Os antigos poderes municipais seriam restaurados, mas com novas composições. Como não haveria tempo para se proceder a uma eleição, sua composição seria decidida por um decreto da Generalidad, o que significava que viria de um acordo de cúpula.

Com os anarquistas tomando parte no governo, se iniciou uma fase de legalização da Revolução. A primeira grande consequência econômica desta participação anarquista foi o chamado Decreto de Coletivização, promulgado em 24 de outubro de 1936, e que legalizava as coletivizações criadas durante o período revolucionário. Segundo Bernecker (1982), o PSUC⁷ e a UGT⁸ queriam coletivizar apenas as grandes empresas, com mais de 250 trabalhadores, enquanto o POUM⁹ e os anarquistas queriam coletivizar as empresas com mais de 50 trabalhadores. O Decreto estabeleceu este número em 100. Estipulou também que poderiam ser coletivizadas empresas em que houvesse um acordo entre patrões e empregados, as empresas em que os proprietários fugiram e as que tivessem seus donos declarados como facciosos por um tribunal. O Conselho de Economia também poderia coletivizar qualquer empresa que julgasse conveniente, o que abria a possibilidade de se estatizar qualquer empresa.

O Decreto de Coletivização tinha um duplo aspecto. Ao serem legalizadas, as coletivizações foram reconhecidas e também ganhavam certa proteção dos ataques de seus adversários, mas por outro lado, elas passaram a estar sob o desígnio da lei, podendo ser punidas ou desfeitas caso não obedecessem à legislação. A legalização também acabava com a espontaneidade e dificultava a expansão das coletivizações, já que agora, para se proceder à

⁷ Partido Socialista Unificado da Catalunha. Foi um partido político catalão filiado à III Internacional e um fiel seguidor das políticas stalinistas dentro da Espanha.

⁸ União Geral dos Trabalhadores. Central sindical de tendência socialista mas que, na Catalunha, durante a Revolução, se aproximou cada vez mais das políticas stalinistas. Tinha grande número de filiados e rivalizava com a CNT, embora fosse minoritária.

⁹ Partido Operário de Unificação Marxista. Partido político formado por marxistas dissidentes do regime de Moscou. Muitas vezes, de forma errônea, tal partido é designado na historiografia como trotskista, por conta da origem de dois de seus líderes, Andrés Nin e Joaquín Maurín, mas o partido rompeu com Trotsky, sendo inclusive criticado por este.

novas coletivizações, era preciso estar dentro dos desígnios da lei, além de impedir, na prática, a federalização destas empresas coletivizadas. Outra questão importante é que o Decreto de Coletivização introduziu um delegado da Generalidad no conselho de empresa, o que significava que o governo catalão seria representado dentro de cada empresa. Assim, pode-se dizer que o Decreto de Coletivização foi um passo no sentido de se obter um controle estatal das empresas coletivizadas, ou seja, um passo no sentido da nacionalização. O Decreto também estabeleceu que os conselhos de empresa seriam responsáveis ante os trabalhadores e ante seu Conselho Geral de Indústria¹⁰, e que os conselhos de empresa poderiam ser destituídos pela assembleia dos trabalhadores ou pelo conselho geral de sua respectiva indústria, o que representava um golpe na soberania dos trabalhadores. Mas, neste momento, com o predomínio anarquista na Generalidad – e nas ruas –, as empresas dispunham de uma grande liberdade e autonomia para tomar decisões. O Decreto de Coletivizações regulamentou também os comitês de controle, estabelecendo normas para seu funcionamento.

No final de 1936 e início de 1937 a situação na retaguarda “republicana” ia ficando cada dia mais tensa. As disputas entre os diversos agrupamentos políticos iam se acirrando. As campanhas contra as coletivizações, por parte dos comunistas stalinistas e dos republicanos, haviam atingido um grau bastante elevado. Os mais contundentes opositores às coletivizações eram os comunistas stalinistas, que na Catalunha haviam formado seu partido – fruto da fusão dos comunistas e dos socialistas –, o PSUC, apenas nos primeiros dias da Revolução. O partido crescia rapidamente, com a afluência de elementos burgueses que estavam descontentes com as coletivizações e se sentiam atraídos pelas consignas anticoletivização do partido. A UGT, tradicionalmente ligada aos socialistas, também ia caindo cada vez mais sob a égide do partido. A campanha pelo desarmamento da retaguarda, do mesmo modo, era um outro grande ponto de divergências. Se tentava desarmar os trabalhadores, em sua maioria anarquistas e membros dos comitês, com a justificativa de que tais armas faziam falta na frente de batalha, o que de fato era verídico. Mas os anarquistas retrucavam que apenas enviariam suas armas para a frente quando os corpos armados da retaguarda também fossem desarmados e enviados para a frente. Na verdade, o que estava em jogo era o reforço do poder estatal. Desarmar os trabalhadores da

¹⁰ Os Conselhos Gerais de Indústria seriam intermediários entre o Conselho de Economia e as empresas coletivizadas ou privadas. Eles receberiam as diretrizes do Conselho de Economia e as aplicariam em seus respectivos ramos de produção.

retaguarda e manter os corpos repressivos armados significava mais um passo no sentido de se criar um corpo armado despolitizado a serviço do Estado, e os anarquistas e membros dos comitês não estavam dispostos a isso. Muitos trabalhadores eram presos por portarem armas, e alguns incidentes ocorreram entre as forças públicas e os trabalhadores, inclusive envolvendo mortes de ambos os lados. Paralelamente, ia ocorrendo uma série de conflitos em torno de empresas coletivizadas, e algumas delas estavam sendo perseguidas ou boicotadas pela Generalidad, seja de modo direto, com o desmantelamento da coletivização, seja de modo indireto, como lhes negando divisas.

Nesse clima é que chega dia 1º de maio. Ironicamente, a data foi considerada dia de trabalho. As prisões das pessoas que estivessem armadas continuavam, de modo que os ânimos se acirravam ainda mais. Qualquer incidente poderia resultar em um conflito aberto. E foi o que aconteceu. No dia 2 de maio a força pública tentou ocupar o edifício da Telefônica em Barcelona, que estava coletivizada sob o controle de um comitê CNT-UGT, com predomínio da CNT, mas que estava de acordo com o Decreto de Coletivizações. Segundo Vernon Richards (1977), a ordem para o ataque foi dada sem o consentimento do governo, ou pelo menos sem que os ministros anarquistas fossem consultados. Os trabalhadores resistiram, e iniciou-se um combate que se espalhou por toda a cidade de Barcelona. Foi decretada uma greve geral. A divisão das forças era a seguinte: de um lado estavam a CNT, a FAI, o POUM e as Patrulhas de Controle¹¹, e do outro lado as forças públicas, os nacionalistas catalães e o PSUC. A justificativa para o ataque era de que a Telefônica estava em desacordo com o Decreto de Coletivização, sendo portanto ilegal, o que não procedia, e na verdade o ataque se deu porque os trabalhadores da Telefônica escutavam as conversas de seus adversários políticos, já que as ligações se davam via cabo, o que possibilitava tomar medidas que se antecipavam em relação a esses.

Iniciado o conflito no interior do campo “republicano”, também se iniciou as negociações para se encerrar a luta. Dirigentes anarquistas que estavam no governo fizeram reiterados pedidos de cessar-fogo, conclamando à “unidade antifascista”. Depois de vários dias

¹¹ As Patrulhas de Controle haviam sido criadas pelo Comitê Central de Milícias Antifascista, apesar de terem seus salários pagos pela Generalidad, e sua função era manter a “ordem revolucionária”. Cerca de metade de seu efetivo, de 700 homens, era formado por anarquistas. As Patrulhas de Controle sobreviveram à dissolução do Comitê de Milícias até ser extinta em 4 de março de 1937, sendo integradas em um corpo único de segurança, onde era proibido aos guardas aderirem à partidos e organizações.

de combate e da morte do famoso anarquista italiano Camilo Berneri, provavelmente obra da NKVD¹², sem o apoio dos líderes anarquistas, a luta se arrefeceu até se encerrar. No decorrer dos combates de rua, tropas anarquistas que estavam no front se ofereceram para voltar à retaguarda com o intuito de se enfrentar com os contrarrevolucionários, mas foram proibidos de fazer isso pelos dirigentes da CNT e da FAI, ameaçando-os de fuzilamento. Os trabalhadores que se levantaram contra o avanço da contrarrevolução em maio de 1937 não foram derrotados pelas armas, e sim politicamente.

Terminado os combates, a autogestão entrou definitivamente em declínio, e os anarquistas perderam sua hegemonia. Aumentou a velocidade de recomposição do Estado, sob a influência cada vez maior dos stalinistas. A Generalidad agora já se achava forte o suficiente para poder perseguir os revolucionários do 19 de julho. Se iniciou uma “caça às bruxas” pelos acontecimentos na Catalunha. Os eleitos culpados foram os poumistas e os anarquistas “incontrolados”, como eram denominados os anarquistas de base que não aceitavam a política de colaboração perpetrada por seus dirigentes. Estes logo se apressaram a afirmar que nada tinham a ver com os combates de rua, e reafirmaram sua determinação em manter a coesão do bloco antifascista, o que significava que a política de colaboração continuaria. O jornal *Tierra y Libertad* de 8 de maio disse:

Hemos coincidido con la U.G.T. en el cese de hostilidades y la vuelta al trabajo. En bien de la causa que defendemos contra el fascismo, deseamos con todo fervor que nada ni nadie ponga trabas a los propósitos de armonía y de unidad que han sido manifestados públicamente por las dos Sindicales proletarias (*TIERRA Y LIBERTAD*, 8 mai. 1937, p. 2).

Após os combates de maio se intensificou os ataques à Revolução e às coletivizações. Uma das formas utilizadas neste momento para se investir contra as coletivizações foi o lançamento de consignas favoráveis à municipalização dos serviços, como a do comércio do Mercado Central de Borne, em Barcelona, das propriedades urbanas e dos transportes públicos. Isso significava que se tencionava transferir a posse destes ramos às mãos dos revigorados poderes públicos municipais, o que queria dizer que os trabalhadores iriam ser expropriados pelo município. Esta consigna atraiu inclusive alguns anarquistas, pois teóricos do anarquismo, como Isaac Puente (2003), defenderam que o município livre deveria ser o órgão de gestão dos

¹² Comissariado do Povo para Assuntos Internos. Era uma instituição soviética que tinha diversas atribuições. Uma delas era a “segurança interior”, fazendo trabalhos de espionagem e repressão contra inimigos internos. Na Espanha atuou eliminando dissidentes da política propugnada pelos comunistas.

serviços públicos. Mas este, certamente, pouco deveria ter em comum com os poderes municipais revigorados, sendo muito mais próximos dos comitês políticos que haviam surgido no decorrer da Revolução, mas que a estas alturas já haviam desaparecido na maioria das cidades. Entretanto, como a política de colaboração fez com que muitos anarquistas assumissem cargos nos poderes municipais, vários deles passaram a entender a municipalização dos serviços como um meio eficaz de organizar os serviços públicos. Assim, o Solidaridad Obrera de 26 de maio publicou as seguintes palavras:

La idea de municipalizar los organismos que del interés general dependen no guarda el menor antagonismo con las aspiraciones de los trabajadores. Antes bien es una idea que responde al programa de los máximos ideales del proletariado y va a favor de corriente de los pensamientos de nuestra organización. Conviene destacar este aspecto de la cuestión para que cuantos por ella se interesen aprendan que la municipalización, con garantía en los Municipios, es el alma y el credo de las normas de la C.N.T. (SOLIDARIDAD OBRERA, 26 mai. 1937, p. 4).

Mas não havia consenso sobre isso, e no mesmo jornal, dias depois, se escreveu:

Por la “nacionalización” (...) y por la “municipalización” (...) se pretende privar a los trabajadores de su sus conquistas; se pretende quitarles su gestión en las empresas incautadas. En una palabra: se les quiere expropiar (SOLIDARIDAD OBRERA, 30 mai. 1937, p. 3).

Assim, a municipalização foi mais uma consigna voltada contra as empresas coletivizadas, uma forma de estatizar as empresas que estavam sob controle dos trabalhadores.

Com o avanço da recomposição do poder de Estado e a perda de influência dos anarquistas, a presença de militantes da FAI em órgãos representativos de Estado foi questionada. Isso porque a FAI não era uma organização legalizada e, portanto, sua participação em órgãos oficiais se dava à margem da lei. Mas, no início, quando o Estado estava em frangalhos, esta ilegalidade foi tolerada, mas agora isso deveria ser corrigido. Nos meios anarquistas se chegou a propor que a FAI se tornasse um partido político, para poder continuar intervindo nos órgãos estatais, mas tal proposta não vingou.

Em 28 de junho se formou na Catalunha um novo governo, sem a participação dos sindicatos. Este claramente deu uma guinada à direita, se se verifica sua composição. Em 9 de julho a Generalidad promulgou um decreto estruturando os Conselhos Gerais de Indústria. Tal Decreto dizia que cada conselho de indústria deveria convocar uma assembleia geral de representantes das empresas coletivizadas por ano. Mas tal assembleia não poderia elaborar suas diretrizes gerais, que seriam emanadas pelo Conselho de Economia, mas apenas escolher

seus quatro representantes no Conselho Geral. Entretanto, nem isso foi colocado em prática, pois em 13 de setembro se estabeleceu a constituição provisória dos Conselhos Gerais de Indústria, sem a representação dos Conselhos de Empresa e com paridade sindical, ao invés de ser proporcional ao número de filiados. A constituição definitiva dos Conselhos Gerais de Indústria nunca foi feita. Mais tarde, no mês de outubro, criou-se uma série de Conselhos Gerais de Indústria, como o das Indústrias Têxteis e Anexas, dos serviços de Eletricidade e Gás, etc. Também se constituiu Federações Econômicas de Indústrias, como a Federação Econômica da Borracha, a Federação Econômica do Vidro e Porcelana, etc., que teriam a função de orientar as empresas de sua agrupação e seriam ligadas a um Conselho de indústria. Todas as empresas, coletivizadas ou não, deveriam pertencer obrigatoriamente a uma Federação Econômica de Indústria.

En definitiva, la constitución de los C.G.I. y de las Federaciones, promovida por el Departament d'Economia, representaba un paso importante para la desposesión de los trabajadores de la dirección y control de los medios de producción – que a raíz del 19 de julio de 1936 venían ejerciendo en la mayor parte de la industria y los servicios – en favor del Estado, es decir para pasar de la colectivización-socialización a la estatización de la economía, lo cual implicaba a su vez un importante aumento de la burocracia (...). (DURAN, 1996, p. 63)

Deste momento até o fim da guerra, em 1939, a coletivização bateu em retirada. O processo de centralização e perda de autonomia das empresas coletivizadas se acelerou, retirando a gestão das empresas das mãos dos trabalhadores e entregando-a à uma nova classe de “gestores” profissionais. Houve inclusive ataques militares às coletividades promovidas pelos comunistas via Estado ou mesmo com forças próprias, como os ocorridos na província de Aragão, causando um impacto negativo na produção, inclusive na fabricação de produtos destinados à guerra, facilitando a vitória dos militares insurretos. Mas cabe salientar que isso ocorreu com a anuência dos líderes anarquistas, que haviam colaborado com este processo no início e que agora estavam sendo marginalizados dentro campo “antifascista”. E eles buscaram a manutenção da aliança antifascista até o fim.

Procuramos demonstrar neste texto a tensão existente entre a coletivização – autogestão – e a estatização – heterogestão – durante a Revolução Espanhola. Esta tensão entre ambas concepções se deu em todas as revoluções que pretendia criar uma sociedade livre de exploração e dominação do homem pelo homem, e na Revolução Espanhola não foi diferente. A autogestão foi uma tendência das revoluções socialistas. Mas também em todas elas a

autogestão acabou por bater em retirada, e os meios de produção acabaram caindo nas mãos de uma outra classe social, que não a classe trabalhadora, via estatização. E isso se deu sob ordens das organizações operárias, ou então, pelo menos, com sua cumplicidade. Assim, podemos concluir com Duran (1996), que a estatização é sim uma forma de expropriação, mas que ela pode expropriar tanto a burguesia quanto os trabalhadores, já que afasta estes últimos da gestão da empresa, entregando-a a “gestores” que fazem isso em seu nome. E foi isso o que ocorreu na Revolução Espanhola, embora um grande número de coletivizações tenha resistido até o fim do conflito.

En definitiva, por tanto, la estatización (y evidentemente también, la reprivatización bajo la tutela del Estado) significó la expropiación de los trabajadores por el Estado, que les desposeyó de la dirección y gestión directa que éstos ejercían en la actividad productiva; expropiación que fue llevada a término con la complicidad y apoyo de los aparatos y direcciones de las organizaciones de los propios trabajadores. Todo ello constituyó una nueva experiencia – de alcance internacional – para los trabajadores, al poner de relieve que la acción expropiadora del Estado – con la colaboración y participación de los aparatos y direcciones de las organizaciones obreras – no tenía forzosamente que dirigirse contra la burguesía, sino que, como en este caso, podía realizarse, también, contra los propios trabajadores. (DURAN, 1996, p. 141)

Referências Bibliográficas

BERNECKER, Walther L. **Colectividades y Revolución Social: el Anarquismo en la Guerra Civil Española, 1936-1939**. Barcelona: Crítica, 1982.

DURAN, Antoni Castells i. **El Proceso Estatizador en la Experiencia Colectivista Catalana (1936-1939)**. Salamanca: Madrid, 1996.

GUILLAMÓN, Agustín. **Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1933-1938)**. Barcelona: Aldarull, 2011.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MINTZ, Frank. **La Autogestión en la España Revolucionaria**. Madrid: La Piqueta, 1977.

PUENTE, Isaac. **El Comunismo Libertario y Otras Proclamas Insurreccionales y Naturistas**. Bilbao: Likiniano Elkartea, 2003. Disponível em: http://www.cgt.es/telecomunicaciones/ateneo/isaac_puente_comunismo_libertario.pdf Acesso em: 23 abr. 2013.

RICHARDS, Vernon. **Enseñanzas de la Revolución Española**. Madrid: Campo Abierto, 1977.



SOLIDARIDAD OBRERA (Ed.). La Municipalización con Garantía en los Municipios, es el credo de la C.N.T. **Solidaridad Obrera**. Barcelona, p. 4. 26 maio 1937.

SOLIDARIDAD OBRERA (Ed.). Nacionalización y municipalización equivalen a expropiación de los trabajadores. **Solidaridad Obrera**. Barcelona, p. 3. 30 maio 1937.

TIERRA Y LIBERTAD (Ed.). Con nosotros lealmente, o unos frente a otros. **Tierra y Libertad**. Barcelona, p. 2. 08 maio 1937.